



## **ANÁLISE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

NATÁLIA VELOSO CALDAS DE VASCONCELOS

### *Resumo*

O sistema de avaliação da educação superior brasileira apresenta uma evolução bastante significativa e também inovadora. A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi um avanço na história da avaliação da educação superior brasileira. Diante deste contexto o presente artigo tem o objetivo de explorar os conceitos quanto à gestão universitária, visando compreender como funciona o sistema de avaliação das instituições de ensino superior brasileiras. Do ponto de vista do problema, a pesquisa se caracteriza como predominantemente qualitativa e do ponto de vista dos seus objetivos como exploratória e descritiva. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a documental. Os dados foram obtidos a partir de fontes secundárias, estando à pesquisa centrada no estudo de documentos que explicam como a sistemática de avaliação institucional brasileira é estabelecida pelo SINAES através de três processos: Avaliação da Instituição (Auto-Avaliação e Avaliação Externa); Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); Avaliação dos Cursos de Graduação. Os resultados obtidos da pesquisa evidenciam que apesar nos avanços do sistema atual de avaliação brasileira, aspectos relacionados aos egressos e sua atuação no mercado de trabalho não são considerados.

*Palavras-chave: Avaliação. Qualidade. Gestão universitária*

## 1. Introdução

Os números mais recentes do Censo da Educação Superior no Brasil revelam que o sistema brasileiro de educação superior encontra-se em um processo de expansão acelerada, principalmente a partir da última década. Esta expansão reflete-se diretamente no crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos oferecidos e, conseqüentemente, na ampliação do número de vagas disponibilizadas e do número de professores e funcionários destas instituições (INEP, 2009).

Conforme SINAES (2009) a importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas tem sido crescentemente reconhecida, não apenas em função do seu valor instrumental para a formação acadêmico-profissional, para as atividades de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social ou pela sua contribuição para a formação ética e cultural mais ampla, mas igualmente em função do lugar estratégico que ocupa nas políticas públicas orientadas para a cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Assim, Freitas (2004) observa que o desenvolvimento e a implementação de um sistema de avaliação das IES, é um dos procedimentos utilizados para o monitoramento das informações relativas a estas instituições e assegurar que a qualidade do ensino fornecida por estas instituições atenda aos padrões recomendados. Particularmente, o procedimento de auto-avaliação institucional constitui-se em uma ferramenta de elevada importância.

Para Brochado (2006) *apud* Meneses e Cardas (2005) o grande objetivo do sistema de educação através de seus processos e recursos é educar e formar alunos, transformando-os em cidadãos conscientes.

Neste sentido é necessário que a universidade tenha uma estratégia organizacional bem estruturada, perante seus clientes, que são os estudantes, com o objetivo de oferecer melhores condições de ensino e formar profissionais qualificados para atender à demanda do mercado. Para que isso ocorra é necessário um serviço de qualidade e que quando avaliado, seja correspondente a um nível de qualidade satisfatório. O processo de avaliação da qualidade das instituições de ensino superior (IES) brasileira é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES.

Para Marcondes (2005) o aluno deve ser considerado como o cliente mais importante. Dentro de um sistema de gestão da qualidade, é imprescindível que o professor seja treinado antes de iniciar suas aulas para que este se esforce ao máximo e consiga estabelecer um bom

relacionamento com os alunos. Sem esse controle sobre o recurso professor, é impossível manter o controle da qualidade dentro de uma Instituição de Ensino Superior.

O sistema de avaliação da educação superior no Brasil, levando em consideração sua evolução apresenta um crescimento considerado relevante e desafiador, partindo do princípio que busca considerar o processo na sua totalidade.

De acordo com Brito (2008) o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) começou a ser implementado a partir de 2004, tendo subjacente a ele a idéia de que em cada escola existe uma possibilidade diferenciada. A partir desta concepção buscou estabelecer pontos que pudessem ao mesmo tempo atender o sistema como um todo e as peculiaridades de cada Instituição de Educação Superior (IES). Assim, a avaliação deveria contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das IES e dos cursos a ela vinculados. Dentro desta concepção, é fundamental o reconhecimento da diversidade e o respeito à identidade.

De acordo com Cordeiro (2008) as medições da qualidade normalmente se concentram em índices objetivos e palpáveis. Contudo, há desejos de utilizar medições mais subjetivas ou intangíveis, como indicadores da qualidade. Frequentemente, é necessário usar estas medições porque os indicadores objetivos não são aplicáveis para avaliar a percepção qualidade nos serviços. De acordo com este princípio, podemos considerar que este aspecto de qualidade em serviços do ponto de vista do cliente, torna-se uma justificativa para a execução deste estudo.

Para justificar o desenvolvimento deste artigo tem-se a rápida expansão do ensino superior nas últimas décadas e, portanto a necessidade crescente de discussão e implantação de ferramentas e processos que contribuam com a gestão da qualidade das IES.

Além desta, é relevante levar em consideração o fato de a avaliação do ensino superior brasileiro no momento atual apresentar concepções tanto de regulação como de avaliação educativa.

É possível destacar a importância do ensino superior, como justificativa para o desenvolvimento do artigo, para Brochado (2006) a importância do sistema de educação de um país está diretamente ligada com o seu desenvolvimento, pois é este que gerará tecnologia e, por sua vez mão-de-obra qualificada. Este fato pode ser comprovado através da própria constituição brasileira que destaca a educação como um dever social e função do Estado.

O objetivo deste artigo é explorar os conceitos quanto à gestão universitária, visando compreender como funciona o sistema de avaliação das instituições de ensino superior brasileiras. A questão que norteia este trabalho é:

- Quais os principais pontos abordados pelo sistema de avaliação do ensino superior brasileiro?

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: esta primeira introdutória que apresenta o assunto e o objetivo do trabalho; na seção dois é apresentada a fundamentação teórica sobre o assunto; na seção três é apresentada a metodologia utilizada para responder o objetivo; na seção quatro são apresentados os resultados; na seção cinco as considerações finais e por último são apresentadas as referências utilizadas na pesquisa.

## 2. Método de Pesquisa

Segundo Gil (2002), metodologia “é a descrição dos procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa e a sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada

pesquisa”. É o detalhamento, explicação rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método da pesquisa.

Segundo o mesmo autor, pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

A pesquisa que será realizada terá uma abordagem do tipo quantitativa, que tem como características principais: ter uma hipótese, que pode estar certa ou errada; assim buscar descobrir um fato não testar, sempre evita a influência do pesquisador, testar através da pesquisa de campo. A pesquisa quantitativa torna-se diferente da qualitativa, pois um erro no questionário observado após a aplicação pode inviabilizar o resultado.

A classificação da pesquisa levando em consideração os objetivos tem caráter exploratório. Quanto ao planejamento da pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. Para Vergara (2009), a pesquisa bibliográfica objetiva prover o levantamento e seleção de toda bibliografia publicada sobre o assunto a ser pesquisado em livros, revistas, jornais, folhetins, monografias, teses e dissertações, colocando o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo. A fim de fundamentar os procedimentos da pesquisa, foi utilizada então a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica realizada inicialmente auxiliou nos procedimentos de coleta e análise dos dados do caso específico com o intuito de recolher informações já publicadas acerca do problema investigado neste trabalho.

Os dados foram obtidos a partir de fontes secundárias, estando à pesquisa centrada no estudo de documentos que explicam como a sistemática de avaliação institucional brasileira é estabelecida pelo SINAES através de três processos: Avaliação da Instituição (Auto-Avaliação e Avaliação Externa); Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); Avaliação dos Cursos de Graduação.

### 3. Sistema de Avaliação do Ensino Superior Brasileiro

#### 2.1 Histórico

Segundo Polidori (2009) a evolução do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, pode ser dividida em quatro ciclos. O primeiro ciclo compreende dos anos 1986 a 1992 onde várias iniciativas de organização de um processo de avaliação, e a existência de avaliações isoladas no país não se constituindo em uma avaliação de caráter nacional (PARU, GERES). O segundo ciclo compreende o intervalo de 1993 a 1995, onde foi denominado por formulação de políticas e instalação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). O terceiro ciclo compreende ao período de 1996 a 2003, em 1996, através do Decreto 2026, um mecanismo de avaliação denominado de Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido, mais tarde, como Provão, o qual existiu de 1996 a 2003.

O Provão foi considerado um instrumento indicador de eficácia da IES, utilizando os resultados do desempenho dos alunos. Isto é, por meio de uma prova de conhecimentos realizada pelos discentes, a Instituição de Ensino Superior recebia um conceito que variava de “A” a “E”, sendo o conceito “A” considerado o melhor e o conceito “E” o pior. Esse Exame, realizado anualmente, tinha caráter obrigatório para todos os estudantes concluintes dos cursos de graduação, condicionando sua realização ao recebimento do diplomas pelos alunos. Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei 10.172/2001, e, neste

mesmo ano, entrou em vigor o Decreto 3860 que mudou as regras de organização e avaliação de cursos e de IES no Brasil.

Na seqüência, a Avaliação de Condições de Oferta (ACO) passou a ser denominada de Avaliação das Condições de Ensino (ACE). Por fim, houve, ainda, algumas Portarias para regulamentarem e organizarem a avaliação das IES. Na última edição, realizada em 2003, participaram do Exame mais de 470 mil formandos de 6,5 mil cursos de 26 áreas: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química. As principais críticas recebidas pela metodologia do provão eram: 1) o fato de se utilizar o resultado do desempenho dos alunos para conceituar as Instituições de Educação Superior (IES) e, b) esse resultado ser apresentado em forma de *rankings*.

Por fim o quarto e atual ciclo, iniciou no ano de 2003 e vigora até os dias atuais. Neste sistema é realizada a construção da avaliação emancipatória, com a implantação do SINAES, numa proposta de se desenvolver uma avaliação formativa e que considerasse as especificidades das IES do país. (FELIX, 2008; FONSECA, 2007)

Para Polidori (2009) o SINAES foi implantado como um processo completamente diferenciado daquele que vinha sendo realizado nos últimos oito anos no Brasil. O primeiro embate que o Sistema sofreu foi, justamente, a reação dos docentes da educação superior, principalmente devido ao elemento novo que estava sendo apresentado pelo governo.

## 2.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Conforme Lei 1086/04 de 14 de Abril de 2004, artigo 2º estabelece ao SINAES, promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnico-administrativo e também representantes da sociedade civil.

A criação de um sistema, combinando regulação e avaliação educativa, em suas dimensões interna e externa, deve ser de responsabilidade compartilhada do Estado e das instituições, mas interessa também e sobretudo à população, que tem os direitos de contar com um sistema educativo que cumpra com os principais anseios e necessidades mais gerais da sociedade, e de saber como as instituições estão realizando seus mandatos sociais relativos ao avanço do conhecimento e à formação de cidadãos que também sejam bons profissionais(SINAES, 2009).

Os princípios e critérios que norteiam o SINAES são: educação é um direito social e dever do estado, Valores sociais historicamente determinados, Regulação e controle, Prática social com objetivos educativos, Respeito à identidade e à diversidade institucional em um sistema diversificado, globalidade, legitimidade, continuidade. O SINAES fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior.

É importante evidenciar que o SINAES busca reconhecer a diversidade do sistema de educação superior do país, respeitar a identidade, a missão e a história das IES, entender que essas devem ser avaliadas globalmente e ainda buscar a continuidade do processo avaliativo.

De acordo com Brito (2008) o SINAES compreende os seguintes componentes:

Avaliação Institucional	Auto-avaliação (pelas CPAs e avaliação externa in loco, desenvolvida pelos
-------------------------	--

	avaliadores institucionais capacitados pelo INEP nos moldes do SINAES.
Avaliação de Curso	Pelos pares na avaliação in loco, pelos estudantes, através do ADES (questionário de Avaliação Discente da Educação Superior que é enviado aos estudantes da amostra do ENADE), pelos coordenadores de curso, mediante questionário dos coordenadores e avaliações realizadas pelos professores dos cursos e a CPA.
Avaliação do Desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes	Através de um exame em larga escala aplicado aos estudantes que preenchem os critérios estabelecidos pela legislação vigente. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é composto pela prova, o questionário de Avaliação Discente da Educação Superior (ADES) (antigo questionário sócio-econômico), o questionário dos coordenadores de curso e a percepção do aluno sobre a prova.

**Tabela 1 - Componentes SINAES Fonte: Adaptado de Brito, 2008.**

Esse sistema deve articular duas dimensões importantes: a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, reconhecimento, descredenciamento, transformação institucional, etc., funções próprias do Estado. Essa concepção procura articular a avaliação interna à avaliação externa, a comunidade acadêmica com membros da sociedade, as instâncias institucionais com as nacionais e internacionais. Igualmente importante é ressaltar que um sistema de avaliação como o aqui proposto opera com as ideias da solidariedade e da cooperação intra e interinstitucional, e não com a ideologia da competitividade, da concorrência e do sucesso individual (SINAES, 2009).

Para avaliar os cursos na modalidade à distância, conforme legislação, os instrumentos de avaliação do INEP inserem-se no ordenamento legal vigente que permitirá operacionalizar o SINAES. Homologados pelas portarias nº 1.047, 1.050 e 1.051 de 08 de novembro de 2007, os instrumentos de avaliação serão utilizados pelo INEP para o credenciamento de instituições para oferta de EAD, credenciamento de pólos de apoio presencial e autorização de cursos na modalidade à distância.

Conforme portaria nº 1.047, Art. 2º Nos termos do art. 10, § 7º- do referido Decreto, o credenciamento é válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES, subsequente a este ato, referente à avaliação das instituições de educação superior, realizado em conformidade com o art. 59 e seguintes do mesmo Decreto.

Conforme INEP (2010), O Conceito de Curso (CC) é atribuído por uma comissão de avaliadores, que visita cada curso para aferir suas condições de funcionamento a partir de uma série de parâmetros pré-definidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação

Superior (CONAES). Como é o Conceito Preliminar de Curso (CPC) que subsidia esse processo de avaliação in loco, servindo como base às decisões dos avaliadores, existe a prerrogativa de que cursos com CPC três, quatro ou cinco abram mão da visita e, assim, tenham o seu CC obtido a partir do próprio valor de seu CPC. De acordo com os critérios do INEP/MEC, o conceito cinco representa que o curso é referência na sua área; o conceito quatro demonstra um nível elevado de qualidade; conceito três indica que o curso atende às condições mínimas de funcionamento; e os valores um e o dois mostram que o curso apresenta necessidade de realizar melhorias na suas condições de funcionamento. Finalizado o processo de avaliação e definido o conceito de um curso, cabe ao Ministério da Educação, por meio de suas Secretarias de Educação Superior (Sesu), de Educação a Distância (Seed) e de Educação Tecnológica (Setec), as decisões acerca dos procedimentos para regulação. Assim, o ciclo de avaliação começa e termina no INEP, mas a regulação da Educação Superior é feita pelas Secretarias do MEC.

### 2.1.1 Avaliação da instituição

De acordo com o INEP, a Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada com a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação aqui priorizada é a institucional, sob três aspectos: a) o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação, etc; b) os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidados ou designados; e c) os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infraestrutura da própria instituição (SINAES, 2009).

Segundo INEP, a Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: auto-avaliação - Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da CONAES e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

Entre os objetivos da avaliação contam-se o de conhecer as fortalezas e os problemas da instituição, tratar da adequação de seu trabalho com respeito às demandas sociais, as clássicas e as novas, identificar os graus de envolvimento e os compromissos de seus professores, estudantes e servidores tendo em vista as prioridades institucionais básicas. Não basta levantar as deficiências. É também muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes da IES. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as suas causalidades, explicitar as possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada.(SINAES, 2009).

Segundo o INEP (2009), a avaliação institucional em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da

realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

## 2.2.2 Exame nacional de desempenho dos estudantes – ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no que tange a Avaliação de Desempenhos dos Estudantes. É uma forma de avaliar o curso indiretamente pelo desempenho dos alunos na prova, o exame é aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, suas habilidades e competências, com isso possibilita aos cursos o acompanhamento dos resultados de suas ações pedagógicas, além de avaliar comparativamente a formação oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) aos estudantes das respectivas áreas avaliadas. O exame para os alunos convocados constitui-se como componente curricular obrigatório. Isso significa que o aluno que não estiver em situação regular em relação ao Enade não estará apto a receber seu diploma.

O exame é resultado de uma combinação de variáveis, entre elas o perfil socioeconômico e as habilidades inerentes aos alunos que ingressam em determinado curso, assim como a contribuição do próprio curso para a formação específica. Essa informação dada pelo desempenho dos alunos no Enade pode ser complementada pelo IDD (Indicador de Diferença de Desempenho), que é uma estimativa de “valor adicionado”, ou seja, de quanto o curso contribuiu para o desenvolvimento das habilidades acadêmicas, das competências profissionais e do conhecimento específico do aluno, levando-se em consideração o perfil do estudante que ingressa no curso.

O Enade é formatado da seguinte maneira: Uma prova contendo dez questões de formação geral, sendo oito questões de múltipla escolha e duas questões discursivas e trinta questões do Componente Específico da Área Avaliada, dividida em vinte e sete questões de múltipla escolha e três questões discursivas. O Enade avalia também através de um questionário de percepção sobre a prova, denominado questionário Socioeconômico (Estudante), onde o mesmo busca levantar, junto aos estudantes, informações socioeconômicas e acadêmicas, este questionário é preenchido pelos estudantes em meio eletrônico.

Segundo Giolo (2008) o Enade foi instituído para avaliar exclusivamente o desempenho dos estudantes. Aplicado, a cada três anos, a uma amostra de alunos ingressantes e concluintes de cada curso, o exame sinaliza claramente que o seu objetivo é observar, prioritariamente, o processo dinâmico da formação. Esse exame resulta em conceito, numa escala de 5 (cinco) níveis, atribuído ao conjunto dos alunos examinados do respectivo curso (Lei nº 10.861, Art. 5º). Os resultados do Enade e as respostas ao questionário socioeconômico, instrumento de coleta de informações que acompanha o exame, são elementos importantes para que a comunidade acadêmica avalie o projeto pedagógico do curso e as práticas institucionais e docentes, mas a incidência desses resultados na definição dos conceitos dos cursos deve ser necessariamente modesta, pois a qualidade destes se expressa apenas em parte no resultado de um exame aplicado a cada três anos.

Participam do Enade alunos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados, que fazem uma prova de formação geral e formação específica. As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo INEP caracterizam-se pela visita in loco aos cursos e instituições públicas e privadas e se destinam a verificar as condições de ensino, em especial



aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

### 2.2.3 Avaliação dos cursos de graduação

De acordo com Giolo (2008), As avaliações dos cursos de graduação e das instituições de educação superior, de acordo com a Lei ° 10.861, devem ser realizadas por comissões de especialistas formadas, designadas e coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As comissões de especialistas farão, necessariamente, visitas in loco. Essa exigência das visitas in loco, posta pela Lei, não tem apenas a finalidade de garantir a fidelidade das informações prestadas pela instituição, mas, principalmente, a de estabelecer um diálogo construtivo entre o Ministério da Educação e a respectiva comunidade acadêmica.

Conforme INEP (2010), no âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

Autorização	Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação in loco. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.
Reconhecimento	Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização. Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Renovação	Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados in loco por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos com conceito 3 e 4 receberão visitas apenas se solicitarem.
-----------	---

**Tabela 2 - Tipos de Avaliação. Fonte: INEP, 2010.**

#### 4. Resultados

É possível observar que o SINAES é um sistema de avaliação que leva em consideração diversos aspectos, relacionados à infra-estrutura, aspectos sociais, econômicos e pedagógicos, porém não aborda nenhum aspecto quanto ao desempenho dos alunos após o término do curso, ou seja, sua atuação no mercado de trabalho, além disso, não aborda o ponto de vista do aluno, seja ele ingresso ou egresso. Isso deveria ser considerado um aspecto relevante, pois ele que é o “cliente” das universidades, ele deveria ser escutado, e avaliar qual nível de serviço está recebendo, e quais aspectos podem melhorar. Então as universidades deveriam ter esse objetivo também “satisfazer seus clientes”.

Conforme Canterle (2008) nas últimas décadas, o mundo se tem movido em direção a uma sociedade de serviços. No que diz respeito à sua qualidade, as especificações de padrões exigem maior esforço mental para entendimento, devido às dimensões abstratas dos serviços. Algumas técnicas e metodologias usadas na indústria manufatureira se mostram difíceis ou inadequadas quando transpostas aos serviços. Parte desta dificuldade reside na falta de entendimento das características específicas dos serviços, imprescindíveis a definição e avaliação da qualidade de um serviço.

Neste âmbito as IES são consideradas instituições de serviços, onde proporcionam e oferecem geração e disseminação de conhecimento para a sociedade, isso pode ser através de pesquisa, ensino ou extensão.

De acordo com Venturini (2010) a universidade pública, em nosso país, tem experimentado profundos questionamentos sobre a qualidade de suas atividades e a maneira como tem empregado os recursos que a sociedade coloca à sua disposição. A avaliação das universidades vem sendo defendida como instrumento necessário para elevar a qualificação institucional, promovendo a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e de sua gestão.

De acordo com Cordeiro (2008) as medições da qualidade normalmente se concentram em índices objetivos e palpáveis. Contudo, há desejos de utilizar medições mais subjetivas ou intangíveis, como indicadores da qualidade. Frequentemente, é necessário usar estas medições porque os indicadores objetivos não são aplicáveis para avaliar a percepção qualidade nos serviços. De acordo com este princípio, podemos considerar que este aspecto de qualidade em serviços do ponto de vista do cliente, torna-se uma justificativa para a execução deste estudo.

Segundo Melo (2002) as universidades estão inseridas em contextos especialmente ricos, que ensejam múltiplas possibilidades de contribuição à sociedade, desde suas necessidades básicas e vitais, até o desenvolvimento de tecnologias de ponta que garanta a independência do País, e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, essa citação, releva a importância deste estudo.

Assim, os egressos como principais clientes do serviço prestado pela instituição, podem ser a referência para atestar essa qualidade e por consequência contribuir para a continuidade desse serviço, de forma a torna o serviço cada vez melhor.

Conforme Brito (2008) os cursos superiores têm por função desenvolver plenamente o potencial dos estudantes a partir de suas habilidades, levando-os a adquirir as competências profissionais necessárias para atuar em um mundo em constante transformação.

De acordo com Rodrigues (2008) a comunidade acadêmica de todo o País – e não apenas o segmento privado – teceu duras críticas ao sistema de avaliação das IES e de cursos implementado pelo MEC. Um dos principais pontos de divergência é a divulgação do ranking de instituições, feito a partir dos índices divulgados pelo INEP/MEC. Dirigentes das IES brasileiras públicas e privadas consideram a avaliação externa muito importante mas enfatizam que a formulação e a implementação de indicadores – como é o caso do CPC precisam ser revistas. Na fase da avaliação, em que a instituição têm uma nota que ainda não é definitiva e que depende de uma avaliação in loco, a divulgação dos resultados pode gerar equívocos e graves prejuízos para as instituições.

Os resultados obtidos da pesquisa evidenciam que apesar nos avanços do sistema atual de avaliação brasileira, aspectos relacionados aos egressos e sua atuação no mercado de trabalho não são considerados, isso é considerado um fator negativo deste sistema de avaliação.

Segundo Monteiro (2005), referente ao ENADE, objetivo central do exame foi perdido porque ele foi feito para aferir o progresso do estudante e o questionário de avaliação discente pode ser resumido a duas questões.

Abaixo segue a tabela, mostrando quais cursos foram avaliados, e qual os índices obtidos no ENADE, por curso, como exemplo, no curso de arquitetura e urbanismo, dos 194 cursos avaliados, 36 obtiveram conceito máximo no ENADE. Na coluna onde aparece SC, é o curso que não obteve conceito. A tabela abaixo mostra a avaliação de 30 cursos, em diversas universidades do Brasil, podendo ser particular, federal ou estadual.

Área	ÍNDICES DO ENADE						Total geral
	1	2	3	4	5	SC	
ARQUITETURA E URBANISMO	15	44	67	19	13	36	194
BIOLOGIA	23	157	165	59	19	102	525
CIÊNCIAS SOCIAIS	5	13	23	19	11	18	89
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	17	164	294	142	37	155	809
ENGENHARIA (GRUPO I)	17	58	47	20	19	46	207
ENGENHARIA (GRUPO II)	47	115	76	30	24	106	398
ENGENHARIA (GRUPO III)	2	23	42	16	5	27	115
ENGENHARIA (GRUPO IV)	13	21	35	20	13	37	139
ENGENHARIA (GRUPO V)	3	10	4	6	1	6	30
ENGENHARIA (GRUPO VI)	6	36	49	30	8	116	245
ENGENHARIA (GRUPO VII)	9	28	20	12	8	81	158
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	3	16	12	11	9	23	74
FILOSOFIA	5	19	57	32	5	23	141
FÍSICA	2	24	51	34	7	34	152
GEOGRAFIA	16	56	118	73	7	41	311
HISTÓRIA	11	71	158	101	16	73	430

LETRAS	21	149	329	138	25	78	740
MATEMÁTICA	29	148	187	52	18	79	513
PEDAGOGIA	28	201	441	239	36	231	1176
QUÍMICA	5	51	77	36	10	44	223
TECNOLOGIA EM ALIMENTOS	2	4	9	7	2	10	34
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	25	80	54	23	7	63	252
TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	8	21	11	4	2	18	64
TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3	1	5	3	4	4	20
TECNOLOGIA EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	4	3	6	6	2	7	28
TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4	10	4	1	3	19	41
TECNOLOGIA EM MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1	3	1	4	4	6	19
TECNOLOGIA EM PROCESSOS QUÍMICOS	2	3	4	2	2	8	21
TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	1	44	47	20	3	48	163
TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL	2	3	3	4	3	3	18
Total geral	329	1576	2396	1163	323	1542	7329

**Tabela 3 - Desempenho dos cursos no ENADE 2008. Fonte: INEP, dados divulgados em 18 de dezembro de 2009.**

Na tabela 2 é possível identificar se os cursos avaliados são oriundos de instituições de caráter público ou privado, com esses dados podemos concluir que de todas as instituições participantes do SINAES no ano de 2008, 65% aproximadamente representa cursos oriundos de instituições privadas. E os outros 35%, são cursos disponíveis na rede pública, dividida em estadual, federal ou municipal.

Área	Privada	Pública	Total geral
ARQUITETURA E URBANISMO	151	43	194
BIOLOGIA	315	210	525
CIÊNCIAS SOCIAIS	34	55	89
COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	653	156	809
ENGENHARIA (GRUPO I)	124	83	207
ENGENHARIA (GRUPO II)	285	113	398
ENGENHARIA (GRUPO III)	67	48	115
ENGENHARIA (GRUPO IV)	65	74	139
ENGENHARIA (GRUPO V)	11	19	30
ENGENHARIA (GRUPO VI)	190	55	245
ENGENHARIA (GRUPO VII)	107	51	158
ENGENHARIA (GRUPO VIII)	16	58	74
FILOSOFIA	94	47	141
FÍSICA	46	106	152
GEOGRAFIA	153	158	311
HISTÓRIA	244	186	430

LETRAS	506	234	740
MATEMÁTICA	284	229	513
PEDAGOGIA	854	322	1176
QUÍMICA	99	124	223
TECNOLOGIA EM ALIMENTOS	16	18	34
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	209	43	252
TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	43	21	64
TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	7	13	20
TECNOLOGIA EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	18	10	28
TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	33	8	41
TECNOLOGIA EM MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	12	7	19
TECNOLOGIA EM PROCESSOS QUÍMICOS	15	6	21
TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	150	13	163
TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL	9	9	18
Total geral	4810	2519	7329

**Tabela 4- Classificação das IES avaliadas pelo SINAES em 2008. Fonte: INEP, dados divulgados em 18 de dezembro de 2009**

Na tabela 3, podemos identificar o desempenho das instituições públicas e privadas através do conceito no ENADE, de todos os cursos com conceito 1, 60% dos cursos, são oriundo de instituições privadas. Quanto ao conceito 2, 72% são advindos de instituições privadas, referente ao conceito 3 temos 70% dos conceitos em instituições privadas. No conceito 4, 56% dos cursos avaliados são ministrados em IES privadas. Quanto se trata do conceito máximo, as proporções se invertem e os melhores conceitos estão entre as IES públicas.

Conceito_Enade	Privada	Pública	Total geral
1	199	130	329
2	1134	442	1576
3	1668	728	2396
4	631	532	1163
5	83	240	323
SC	1095	447	1542
Total geral	4810	2519	7329

**Tabela 5 - Conceito no ENADE, por tipo de instituição. Fonte: INEP, dados divulgados em 18 de dezembro de 2009**

Quando se faz uma comparação proporcionalmente de acordo com o número de cursos avaliados em IES superior e privadas, temos uma discrepância bem grande, quando se encontra os valores: de 4810 cursos avaliados na rede privada, 2% obtiveram conceito 5, quando comparado com os cursos oferecidos pelas instituições públicas, esta porcentagem sobe para 10%, evidenciando que o desempenho dos alunos durante os cursos de graduação em IES pública, é superior aos alunos da rede privada.

## 5. Referências

BRASIL. Instrumento de avaliação dos cursos de graduação. Brasília: MEC/INEP/DAES, set 2008.

BRASIL. Instrumento de avaliação institucional externa. Brasília: MEC/ INEP/DAES, out 2008.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L10861.htm>>. Acesso em: 18 out. 2010.

BRASIL. Portaria Normativa nº 1.047 de 08 de novembro de 2007,

BRASIL. Portaria Normativa nº 1.050 de 08 de novembro de 2007,

BRASIL. Portaria Normativa nº 1.051 de 08 de novembro de 2007,

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. Avaliação (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.3, pp. 841-850. ISSN 1414-4077.

BROCHADO, M.R. PHITON, A.J.C. PEREIRA, M.C. QFD Instrumento de Auto-Avaliação nas Instituições de Ensino Superior. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. ENEGEP 2006

CANTERLE, Nilza; FAVARETTO, Fabio. Proposta de um modelo referencial de gestão de indicadores de qualidade na instituição universitária. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 393-412, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n60/v16n60a05.pdf>. Acesso em: jul. 2010.

Cordeiro, C. O. MOTA, R.R. A qualidade do ensino pela ótica do cliente. XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO A integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008

FREITAS, A. L. P. A auto-avaliação de instituições de ensino superior: uma importante contribuição para a gestão educacional. Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, ES, v.1, p. 1-15, 2004. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/660Policani.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São paulo: Ed. Atlas, 2002. 175p.

GIOLO, Jaime. “SINAES” intermitentes. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v.13, n. 3, p. 851-856, nov. 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação, 2008. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> Acesso em 30 maio 2010.

MARCONES, R. S. Aplicação da norma ISO 9001:2000 em uma Instituição Federal de Ensino Superior. XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005.

MELO, Pedro Antonio de.. A Cooperação Universidade/Empresa nas Universidades Públicas Brasileiras: Análise de fatores significativos do clima organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina: contribuição para implantação do programa de qualidade. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

MONTEIRO, L. A. S. . Avaliação da Qualidade na Educação Superior: Ampliar é Preciso. In: Francisco Carlos Trindade Leite, Nádia Bigarella, Regina Sueiro de Figueiredo. (Org.).

Gestão de Organizações e Sistemas Educacionais: Descentralização, Qualidade e Políticas Públicas. 1ª ed. Campo Grande: UNIDERP, 2005, v. 01, p. 143-163.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, sinaes, idd, cpc, igc e...outros índices. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 439-452, jul. 2009.

Rodrigues, G.M., (2008). Avaliação do ensino superior brasileiro: modelos, divulgação dos resultados e normas regulamentadoras. Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Ano 26 N° 38. Dezembro de 2008

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p.

VENTURINI, Jonas Cardona et al. Percepção da avaliação: um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior (IES). Rev. Adm. Pública [online]. 2010, vol.44, n.1, pp. 31-53. ISSN 0034-7612. Disponível em: [www.scielo.org/php/index.php](http://www.scielo.org/php/index.php). Acesso em: jul. 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2009.